

AFRICANOS ESCRAVIZADOS NA EXPANSÃO CACAUEIRA DE ILHÉUS-BAHIA, 1850-1888

Marcelo Loyola de Andrade

Resumo:

Este artigo analisa os africanos escravizados em Ilhéus, sul da Bahia, entre os anos de 1850 e 1888, período de expansão da lavoura cacaueteira. O foco recai nas atividades econômicas que estavam inseridos e nas características demográficas da população. As fontes privilegiadas são inventários post mortem e o Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. A proposta é enfatizar que a escravidão impôs constantes situações de vulnerabilidade, envolvendo a exploração do trabalho e a separação de muitas famílias por meio das vendas e doações, realizadas durante a partilha dos bens entre os herdeiros. Nesse contexto, em que comumente eram tratadas como mercadorias, eles reagiram de diversas maneiras.

Palavras-chave: Escravidão, Ilhéus, africanos, cacau

Enslaved africans in the cocoa expansion of Ilhéus-Bahia, 1850-1888

Abstract:

This article analyzes the enslaved Africans in Ilhéus, southern Bahia, between the years 1850 and 1888, the period of expansion of the cocoa crop. It focuses on the economic activities engaged and the demographic characteristics of the population. The privileged sources are postmortem inventories and the 1872 General Census of the Empire of Brazil. The main view emphasizes the situations of vulnerability imposed very often, involving exploitation of labor and the many families dismantling through sales and donations, when dividing goods among heirs. In this context, ordinarily treated as commodities, they reacted in several ways.

Keywords: Slavery, Ilhéus, africans, cocoa

INTRODUÇÃO

O século XIX foi marcado pela explosão absurda do tráfico atlântico de africanos para as Américas. O processo de industrialização na Europa e nos Estados Unidos fez aumentar a demanda por matérias-primas baratas, suprida, em grande parte, devido ao aumento da exploração do trabalho escravo, alimentado pelo opulento comércio da “mercadoria humana”. Calcula-se que algo em torno de 2.054.724 africanos foram desembarcados nos portos do Brasil entre 1801 e 1850, último país da América a abolir a servidão.¹

Parte significativa dessas pessoas foram destinada à Província da Bahia, região nordeste do Brasil, onde a economia açucareira prosperou no século XIX, sobretudo devido aos efeitos da rebelião escrava de São Domingue (1798), que destruiu as instalações da ilha e retirou do mercado um dos maiores fornecedores mundiais de açúcar (Ver, entre outros, SCHWARTZ, 1988)

No recôncavo baiano, região típica de plantation açucareira, a quantidade de engenhos cresceu de modo significativo, passando 292 em 1818 para 635 em 1873 (BARICKMAN, 2003, p. 80). Nessa conjuntura, diversos setores da economia se desenvolveram, como a lavoura cacauera no sul da província, por exemplo, que se tornou importante área produtora de cacau no decorrer do século XIX, sendo as sementes do fruto utilizadas como matéria-prima para a fabricação do chocolate (ANDRADE, 2019; MAHONY, 2001)

A comarca de Ilhéus, com extensas florestas de mata atlântica, várias bacias hidrográficas, clima quente e úmido, apresenta condições naturais favoráveis ao cultivo da planta. Vários africanos foram escravizados nesse processo, trabalharam no cultivo do cacau, na produção de farinha, açúcar, cachaça e outras atividades, contribuindo de diversas formas para o desenvolvimento da economia. Entre o final do século XIX e os primeiros lustros do XX a localidade se tornou uma das principais áreas produtoras do fruto no Brasil (GARCEZ; FREITAS, 1979).

O plantio do cacau foi disseminado por diversos grupos sociais, pessoas livres pobres, indígenas, libertos e escravos participaram do processo na localidade, que ocorreu junto com o crescimento do número de engenhos, o que dinamizou as exportações e o mercado interno. O objetivo deste artigo é analisar os espaços de trabalho dos africanos nesse contexto, as diferentes ocupações, as características demográficas da população, a proporção em relação aos crioulos (nascidos no Brasil), e os dilemas da vida em cativo.

1 Voyage Slavery. Disponível em <<http://www.slavevoyages.org>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

As fontes privilegiadas são inventários *post mortem* e o Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872, que permitem análises sistemáticas a respeito destes aspectos. A historiografia sobre a escravidão em Ilhéus avançou nas últimas décadas e a presença dos africanos merece aprofundamentos. De modo geral, os estudiosos do assunto sempre caracterizaram a população cativa da localidade como sendo predominantemente crioula.

Sobre o Engenho Santana, por exemplo, uma das grandes unidades escravistas de Ilhéus, Stuart B. Schwartz (2001, p. 111) destacou “Na década de 1790, restavam poucos indivíduos nascidos na África entre os escravos, mas em 1828, os 222 escravos de Santana eram, como exceção de uma mulher idosa, todos nascidos no Brasil.”

Mahy Ann Mahony (2001, p. 100-101), apoiando-se em registros de batismo de escravos salientou que “[...] apenas vinte escravos africanos aparecem no registro batismal entre as décadas de 1820 e 1840, para um total de 261 escravos adultos”. Com relação aos inventários e escrituras públicas a autora acrescenta,

“Dados coletados dos inventários de propriedades, e das escrituras de compra e venda de propriedades, dos anos 1840 aos anos 1880, mostram que 55,4% dos escravos haviam, claramente, nascidos no Brasil, enquanto apenas 14,9% deles eram, claramente, de origem africana. É certo que isso nos deixa sem informação acerca de 29,5% dos escravos encontrados nos documentos” (MAHONY, 2001, p. 100-101)

Com efeito, os documentos para o estudo dos africanos escravizados em Ilhéus apresentam limites. Os inventários nem sempre fornecem a origem e o nome das nações, no Recenseamento de 1872 eles aparecem como estrangeiros, sem maiores informações, e no Livro de classificação dos escravos não existe menção da origem dos escravizados.

Nosso propósito é contribuir com o debate sobre a presença dos africanos em Ilhéus, testando a hipótese de que na segunda metade do século XIX o desenvolvimento econômico desta localidade motivou a aquisição de mais escravos.

A proporção de africanos na população cativa pode servir como indício deste processo. Ademais, a situação desses sujeitos históricos é peculiar, entre outras questões, devido à condição de estrangeiros impostas a eles pela Constituição brasileira de 1824.² Além de enfrentar as agruras da escravidão, os africanos que se libertavam do cativo tinham de encontrar um lugar na

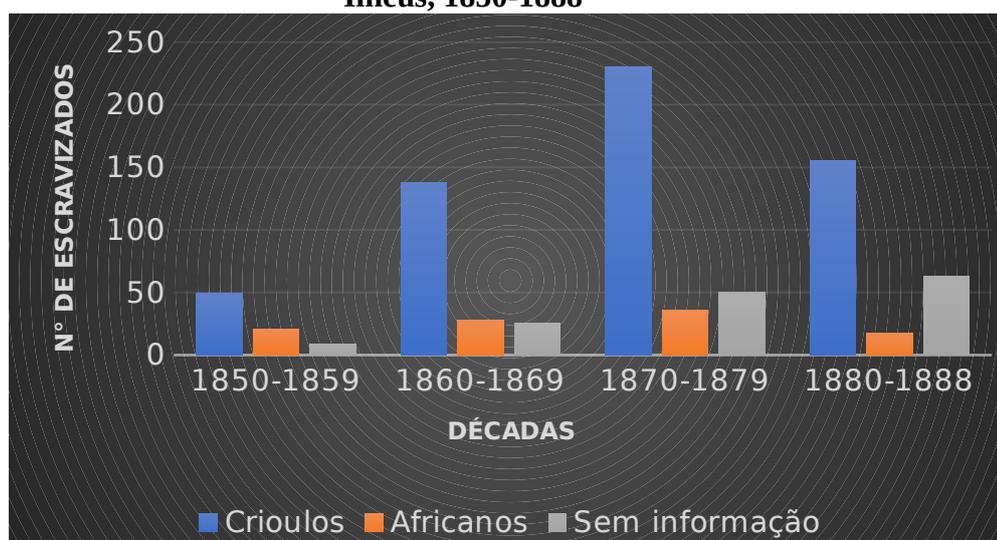
2 BRASIL, Carta de Lei de 25 de Março de 1824. Constituição Política do Império do Brasil. Art. 6 – São cidadãos *brasileiros*, § 1º Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação. In: *Coleção das Leis do Império do Brazil*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em 07 de set. 2021.

sociedade que lhes negou o direito à cidadania, numa época em que o cultivo do cacau despontava como lavoura emergente na Bahia.

AFRICANOS ESCRAVIZADOS NA EXPANSÃO CACAUEIRA DE ILHÉUS-BAHIA, 1850-1888

Para analisar os africanos escravizados em Ilhéus investigamos 333 inventários *post mortem*, abertos entre 1850 e 1888.³ Essa documentação oferece grandes possibilidades para a realização desse estudo, contendo informações detalhada sobre os seus preços, sexos, idades e nações de origem. A presença de cativos constou em aproximadamente um terço dos processos investigados.

Gráfico 1 – Distribuição dos inventários por décadas segundo a presença de escravos. Ilhéus, 1850-1888



Fonte: APEB, Sessão Judiciária (SJ), 333 processos de inventários. Ilhéus, 1850-1888.

O Gráfico 1 mostra a presença de escravos em todos os períodos, a maior parte se concentrando nas últimas décadas da escravidão, quando a lavoura cacaueira se expandiu em Ilhéus. Dentre os processos investigados 64,5% pertencia a produtores de cacau, pessoas ou famílias com boa parte da riqueza comprometida com plantações de cacauzeiros. Outra parcela (11,7%), era composta por negociantes, com fortunas alocadas sobretudo nos gêneros das casas de negócio e em dívidas ativas. Os donos de engenho, 3,6% dos inventariados, tinham riqueza comprometida

³ O número de inventários por décadas pode ser visto entre parêntese: 1850-1859 (19); 1860-1869 (63); 1870-1879 (121); no período 1880-1888 (130). Documentação disponível no Arquivo Público do Estado da Bahia (doravante APEB), Seção Judiciária (SJ).

principalmente com escravos, terras e imóveis.

Os demais processos (20,2%) pertenciam a lavradores de mandioca, café e coco, além dos profissionais liberais, funcionários eclesiásticos e os casos sem identificação.

Embora a economia fosse diversificada, o cacau se destacou ao longo do período, com presença marcante de africanos no processo.

Para se ter uma ideia todos os donos de engenho eram escravistas, 79,5% dos negociantes tinham escravos e 23,7% dos produtores de cacau também. Entre os produtores de farinha/café/coco esse índice foi de 45%. Evidentemente, Ilhéus não fugia à regra geral do Brasil, a escravidão estava disseminada na economia e sociedade.

Para dar conta dessa diversidade agrupamos os inventariados de Ilhéus em seis categorias ocupacionais, que não explicam toda a dinâmica da vida pretérita dos que faleceram, mas servem como parâmetro de aproximação da realidade de suas riquezas na época da morte, são elas: produtores de cacau, produtores de farinha/café/coco, negociantes, donos de engenhos, outros e os casos sem informação.

Tabela 1– Distribuição dos inventários segundo ocupação principal e montante da riqueza. Ilhéus, 1850-1888

OCUPAÇÕES PRINCIPAIS	Inventários		Monte-mor		Monte-mor
	Nº	%	Soma (em réis)	(em %)	Média (em réis)
Produtores de cacau	215	64,5	826.087,702	40,0	3.842,268
Negociantes	39	11,7	707.941,329	34,1	18.152,342
Produtores de farinha/café/coco	24	7,2	70.887,350	3,4	2.941,947
Donos de Engenho	12	3,6	365.744,351	17,6	30.232,863
Outros *	13	4,0	29.226,089	1,4	2.248,161
Não Identificada	30	9,0	72.222,908	3,5	2.407,430
TOTAL	333	100,0	2.072.109,729	100,0	6.212,850

Fonte: APEB, SJ, 333 processos de inventários. Ilhéus, 1850-1888.

(*) Profissionais liberais, funcionários eclesiásticos; pequenos criadores; madeireiros etc.

A Tabela 1 mostra que, em termos relativos, os donos de engenho se destacaram entre os mais ricos, representando apenas 3,7% dos inventariados e concentrando 17,6% da soma de todas as fortunas. Os negociantes aparecem em segundo lugar, com média de monte-mor perfazendo Rs. 18:152\$342, cifra inferior apenas à dos donos de engenho (Rs. 30:232\$863) e bem superior à dos produtores de cacau (Rs. 3:842\$268).

Esses dados refletem o processo de transição da economia açucareira para o cultivo do cacau. Nesta conjuntura, a maioria dos lavradores do fruto não tinha escravos nem meios para transportar o produto até Salvador, fornecendo cacau aos negociantes como pagamento das dívidas. Estes, por sua vez, comercializavam o produto no mercado da capital, onde era despachado para os países estrangeiros.

Em Ilhéus, além de lavradores pobres, famílias ricas também começaram a investir na lavoura cacauzeira e utilizaram escravos em todos os serviços. O incremento da navegação a vapor, a crescente valorização externa do produto e as condições climáticas ideais ao cultivo da planta favoreceram a expansão da lavoura na localidade.

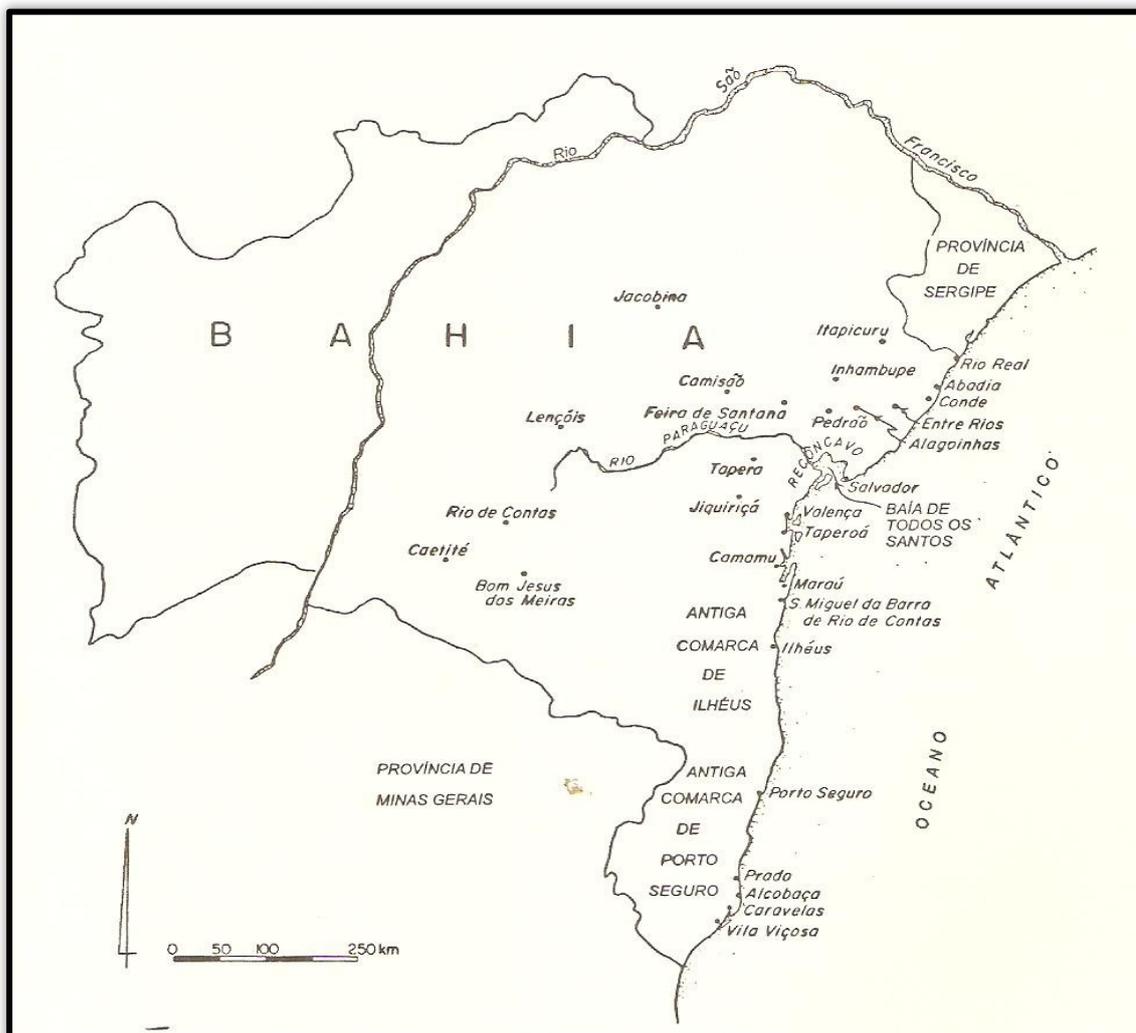
As plantações demoram em torno de quatro a cinco anos para começar a frutificar, fornecendo três ou quatro colheitas anuais. Após a colheita é necessário quebrar os frutos para extração das sementes, colocá-las em cochos para fermentação e depois secagem em tabuleiros exposto ao sol (Ver, entre outros, BONDAR; 1938). Segundo Mary Ann Mahony,

O grande atrativo da lavoura cacauzeira residia no fato de não se precisar de muito capital nem de braços para cultivá-la, especialmente quando comparada com as lavouras de cana e fumo, os dois grandes produtos de exportação da Bahia na época. Era, portanto, uma cultura aberta a todo mundo, desde os mais pobres até os senhores de engenho com seu capital já empregado em engenhos, escravos e plantações de cana. (MAHONY, 2007, p. 740-741)

Em 1872 a comarca de Ilhéus estava conformada por duas freguesias, a de Ilhéus, que englobava a vila sede e se estendia ao norte até a vila de São Miguel da Barra do Rio de Contas, possuía 5.682 habitantes, sendo 18,5% escravizados e a de Una, localizada ao sul, na fronteira com a comarca de Porto Seguro, com 2.877 habitantes, 6,5% escravizados. Nas duas a população escrava estava bem equilibrada quanto aos sexos, e em relação aos africanos escravizados o percentual foi de 14% e 6%, respectivamente.⁴ O mapa da Figura I mostra a localização deste território.

4 Recenseamento Geral do Império do Brasil, 1872. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br>> Acesso em 15 de fev. 2021.

Figura 1 - Mapa da Província da Bahia em meados do século XIX



Fonte: BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 37.

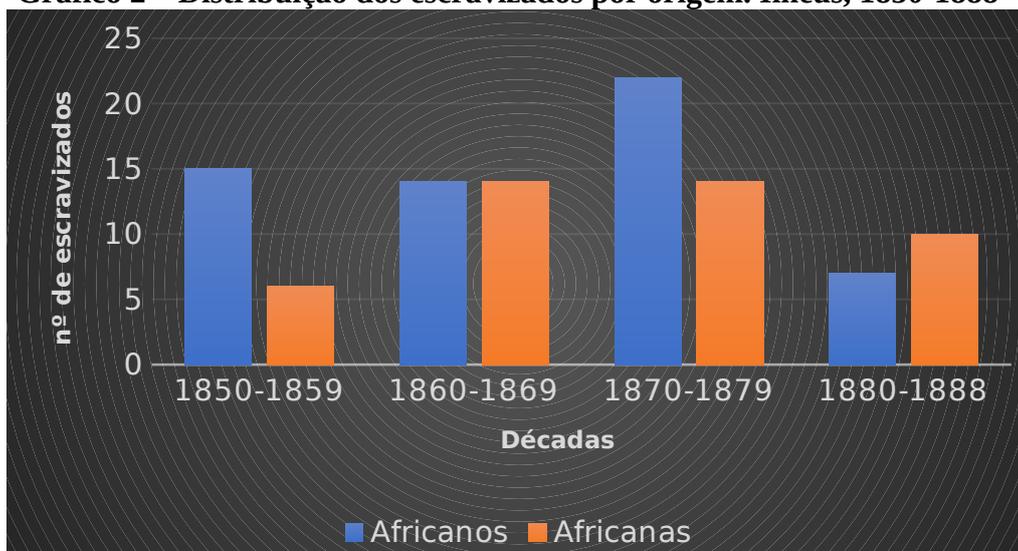
Ao longo da segunda metade do século XIX a cultura do cacau se desenvolveu bem no território da antiga comarca de Ilhéus, as plantações cresceram de algo em torno de 3 mil cacauzeiros no meado do oitocentos para 20 mil na véspera da abolição (1888).

As características da população escrava descrita nos inventários *post mortem* dos antigos moradores desta localidade apresentam-se bem diversificadas. Crianças, mulheres, adultos e idosos viveram anos a fio as agruras da escravidão em Ilhéus. Normalmente elas são descritas entre os bens semoventes, com identificação dos nomes, cor, idade e preços de avaliação. A origem nem sempre é mencionada, além disso, por vezes os avaliadores descrevem o estado conjugal, a quantidade de filhos e os doentes.

Estudar a experiência dos africanos nesse contexto pode ajudar a entender um pouco sobre o

tipo de escravismo que se desenvolveu nesta localidade e contribuir para elucidar sobre como os escravistas de Ilhéus tentaram resolver o problema da mão de obra na época da expansão da lavoura cacaueteira. A nossa hipótese é que muitos recorreram ao mercado de escravos e outros incentivaram a reprodução natural dos cativos. Sem deixar de reconhecer, é claro, a importância do trabalho familiar e dos trabalhadores livres.

Gráfico 2 – Distribuição dos escravizados por origem. Ilhéus, 1850-1888



Fonte: APEB, Sessão Judiciária (SJ), 121 processos de inventários. Ilhéus, 1850-1888.

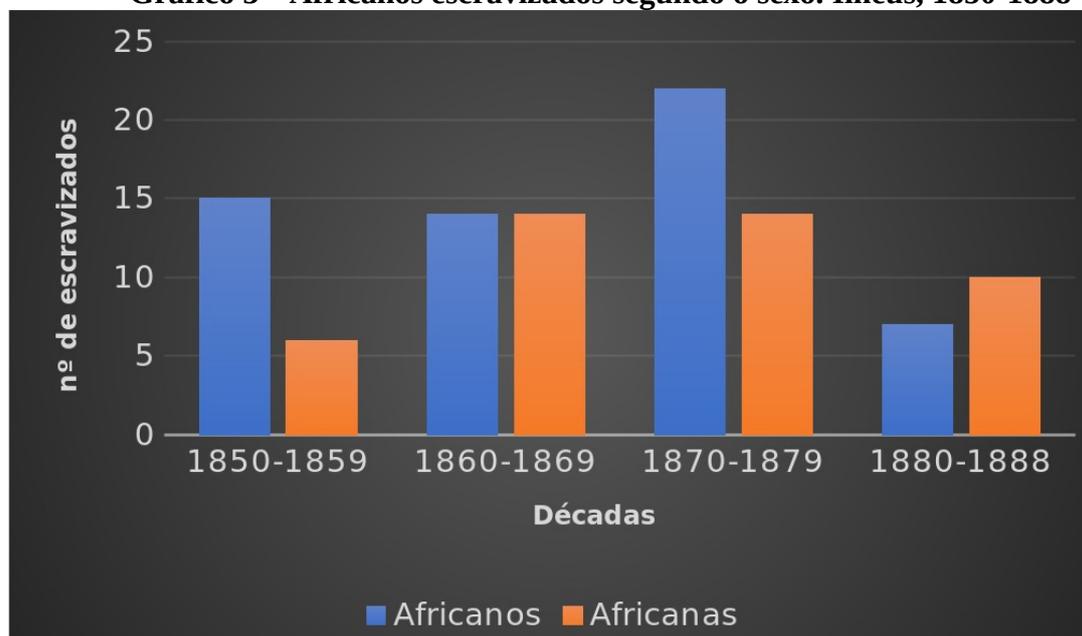
O Gráfico 2 mostra que o número de crioulos predominou sobre o de africanos em todas as décadas, mas com presença de africanos durante todo o período. Ademais, devemos ressaltar que o percentual relativo de casos sem informação da origem aumentou de forma vertiginosa, 11,4% na década de 1850 para 26,8% nos últimos anos.

A historiografia já ressaltou que desde 1831 os escravistas evitaram, até quando puderam, revelar a origem de seus escravos, visto que os africanos desembarcados no Brasil a partir desta data eram considerados pela lei como de condição “livres”, o que também pode ter ocorrido em Ilhéus. (Ver, entre outros, MAMIGONIAN, in LARA; MENDONÇA, 2006, p. 129-160; BERTIN, 2006; SANTANA, 2007)

No computo geral os crioulos perfizeram 69,6% dos escravizados e os africanos 12,4%, além dos casos sem informação (18%).⁵ Ao todo conseguimos reunir informações sobre 102 africanos escravizados, com relativo equilíbrio de sexo entre eles.

⁵ Incluímos no grupo dos crioulos os cativos descritos como pardo, cabra, crioulo e mulato. No grupo dos africanos incluímos os assim descritos e os que tiveram origem declarada, (Angola, Nagô, Haussá, Congo etc.). Os cativos sem menção da origem foram agrupados na categoria “sem informação”.

Gráfico 3 – Africanos escravizados segundo o sexo. Ilhéus, 1850-1888



Fonte: APEB, Sessão Judiciária (SJ), 49 processos de inventários. Ilhéus, 1850-1888.

O Gráfico 3 mostra que na década de 1850, logo após o fim do tráfico atlântico, predominou em Ilhéus cativos africanos do sexo masculino, o que pode refletir a busca por trabalhadores homens antes da promulgação da Lei nº 581.⁶ Já na década de 1860, com os efeitos do fechamento do tráfico, sobretudo a elevação dos preços dos cativos, houve recuo das compras e o equilíbrio de sexo se estabeleceu. Na décadas seguinte, como a lavoura cacauieira continuou prosperando e dinamizando a economia, os escravistas foram estimulados a recorrerem ao mercado interno de escravizados. Porém, essas questões não podem ser confirmadas com uso dos inventários.

Ademais, não podemos desprezar a importância do trabalho das mulheres africanas, elas, assim como eles, estavam inseridas, na maior parte das vezes, nos serviços de lavoura. Apenas uma africana foi descrita como “do serviço de casa”, a escrava Domingas, propriedade do negociante Joaquim Lopes da Silva, descrita pelos avaliadores como “quase criada”, avaliada na quantia de Rs. 700\$000.⁷

Não sabemos a nação de origem de Domingas, a procedência dos africanos, poucas vezes aparece nos inventários, encontramos apenas dez casos: cinco Nagôs, um Gegê, outro Congo,

6 BRASIL. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste império. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>>. Acesso em: 24 mar. de 2021.

7 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Joaquim Lopes da Silva. Est. 02, Cx. 785, Maço 1252, Doc. 06, 24 de abr. 1866.

Cassange, fula e Angola.

Não sabemos se eles foram comprados antes ou depois de 1850. Todos os Nagôs e o único de origem Gegê, estavam na fazenda de cacau do francês João Segismundo Cordier, que teve seu inventário aberto em 1849, por ocasião da sua morte. Na época eles tinham idades entre 23 e 33 anos, a maioria dos cacauzeiros que cultivavam tinham entre 6 e 12 anos, eram frutíferos.⁸

A idade dos escravizados é uma variável que aparece com certa frequência na documentação. Com o fechamento do tráfico atlântico a tendência foi de os africanos envelhecerem, ao passo que o nascimento de novas rebentos podia fazer aumentar o número de crioulos. Foi justamente isso que aconteceu em Ilhéus na segunda metade do século XIX.

Tabela 2 – Distribuição da população escrava por origem e faixas etárias. Ilhéus, 1850-1888

Origem	Crioulos		Africanos		Sem Informação		Soma dos escravizados	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Crianças (0-10)	171	29,8	0	0,0	23	15,0	194	23,4
Jovens (11-16)	78	13,6	2	2,0	5	3,3	85	10,2
Adultos (17-30)	143	25,0	13	12,7	23	15,0	179	21,6
Adultos (31-55)	109	19,0	35	34,3	16	10,4	160	19,3
Idosos (56 ou +)	21	3,6	32	31,4	5	3,3	58	7,0
Sem Informação	52	9,0	20	19,6	81	53,0	153	18,5
TOTAL	574	100,0	102	100,0	153	100,0	829	100,0

Fonte: APEB, SJ, 121 processos de inventários. Ilhéus, 1850-1888

Os dados da Tabela 2 revelam a presença significativa de crianças na população escrava, 23,4% deles tinha entre 0 e 10 anos de idade, todos crioulos, entre os jovens apenas dois eram africanos. Nota-se concentração dos africanos nas faixas etárias mais altas, 34,3% tinham entre 31 e 55 anos e 31,4% a partir de 56. Como esses africanos chegaram em Ilhéus é uma questão que não conseguimos explicar.⁹

A historiografia pontuou que desde 1831, com o aumento da repressão britânica ao tráfico de africanos, o sul da Bahia se tornou uma alternativa para os traficantes que fugiam da fiscalização. O

⁸ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. João Segismundo Cordier. Est. 08, Cx. 3424, Maço n/c, Doc. 06, 25 de maio 1849.

⁹ Incluímos no grupo das crianças os cativos com até 10 anos de idade e os casos descritos como “cria”, “crioulinho”, “mulatinho”, “cabrinha” e “pardinho”. No grupo dos jovens incluímos escravos entre 11 e 16 anos e os casos declarados como “moço”, ou “ainda moço”. No grupo dos idosos incluímos aqueles com idades a partir de 56 anos e os casos descritos como “velhos”, “idosos”, “bastante velho”. Os cativos sem menção da idade foram agrupados na categoria “sem informação”.

cronista João da Silva Campos (2006, p. 356) informa que moradores de Ilhéus noticiaram desembarque ilegal de africanos na costa do Mamoam. Mary Ann Mahony (2001, p. 103-104) discute vários exemplos de desembarques de escravos no litoral de Ilhéus após a Lei de 1850. Ronaldo Lima da Cruz (2010, p. 1-18) também se debruçou sobre a questão, demonstrando, entre outras questões, a preocupação das autoridades com os desembarques clandestinos.

As fontes selecionadas neste estudo não permitem aprofundar essa questão. Como já ressaltamos, a nossa hipótese é que com o crescimento dos engenhos e da lavoura cacauera, as atividades de exportação e o mercado interno cresceram, estimulando os escravistas de Ilhéus a investir na compra de cativos. Contudo, avaliar isso por meio de inventários *post mortem* é uma tarefa muito arriscada. O que podemos fazer é calcular a proporção dos escravizados segundo a origem e a ocupação principal dos escravistas.

Tabela 3 – Distribuição da população escrava por origem e ocupação principal dos escravistas. Ilhéus, 1850-1888

Origem dos escravos	Crioulos		Africanos		Sem Inf.		Total de escravos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
OCUPAÇÃO PRINCIPAL								
Produtores de cacau	196	34,1	31	30,4	27	17,6	254	30,6
Negociantes	77	13,4	17	16,7	28	18,3	122	14,7
Donos de Engenho	199	34,7	44	43,1	61	40,0	304	36,7
Produtores de farinha	38	6,6	3	2,9	11	7,2	52	6,3
Produtores de coco	5	0,9	2	2,0	0	0,0	7	0,8
Produtores de café	4	0,7	0	0,0	0	0,0	4	0,5
Outros *	6	1,0	2	2,0	4	2,6	12	1,4
Não identificada	49	8,6	3	2,9	22	14,3	74	9,0
TOTAL	574	100,0	102	100,0	153	100,0	829	100,0

Fonte: APEB, SJ, 121 inventários. Ilhéus, 1850-1888

(*) Prof. liberais; func. eclesiástico; peq. criadores; madeireiros etc.

Os dados da Tabela 3 comprovam que a posse de africanos estava concentrada nos principais segmentos da economia. Os donos de engenho concentraram a maior parte (43,1%), os produtores de cacau aparecem em segundo lugar, acumulando 30,4% e os negociantes em terceiro, com 16,7%.

Considerando que os investimentos em escravos possuíam relação com a rentabilidade das atividades econômicas e da necessidade de mão de obra que cada empreendimento exigia, podemos inferir que os donos de engenho foram os que mais recorreram ao mercado de escravos, dada a

dependência de grande quantidade de trabalhadores para produção de açúcar. A média de africano por engenho foi de 4,4 e por cada produtor de cacau 1,6. Contudo, as variações entre as propriedades eram significativas.

Em 1850 o Engenho Conceição de Itacanoeira encontrava-se em bom estado de conservação. Era sustentado por 32 grossos pilares de pedra, tijolo e cal, estava equipado com casa de purgar, pé de moenda, cilindros de ferro, roda d'água, tachos, um alambique de cobre com sua carapuça e cano assentado com a competente fornalha. A riqueza da família foi calculada em Rs. 15:988\$366, boa parte (27%) comprometida com dezessete escravos, além de imóveis, terras e outros bens.¹⁰ Nesta propriedade constam três africanos (17,5%) dos cativos, além de cinco (29%) sem informação da origem.

O Engenho Castelo Novo era um grande complexo econômico e escravista de Ilhéus em 1861. Funcionava com o trabalho de 54 escravizados, era dotado de três carros de carrear cana, casa de fabricar açúcar, casa de purgar, alambique de cobre, casa de farinha e outros bens. A família foi a mais rica entre os inventariados, com fortuna calculada em Rs. 89:797\$030, grande parte alocada em escravos (60%); imóveis (18%) e terras (9%).¹¹ Entre os 54 escravos pelo menos 14 (26%) eram africanos, com idades entre 18 e 74 anos em 1861, quando foi aberto o inventário da família, por ocasião da morte das herdeiras. O africano Clarêncio, 58 anos de idade, era o mestre de açúcar, avaliado em um conto de réis.¹²

Entre os 23 cativos que aparecem na matrícula de escravos do Engenho União e da Fazenda Caldeiras nove (39%) eram africanos, com idades entre 46 e 70 anos. Amancio e Adolpho, natural da África, foram descritos como fugidos, além de Frederico, natural de Ilhéus, filho de Rachel, também fugido¹³. Pela descrição parece que a época o engenho estava bem equipado,

[...] um engenho de fabricar açúcar e aguardente com todos os seus pertences, constante de dois alambiques, usados, cinco caixões usados, uma tina, quatro tachos, uma espumadeira, um bueiro, uma roda e pé de moenda, caboto, casa de engenho e tachos, quatro dornas, dezessete quartolhas, nove ditas pequenas, um tendal, dois balcões para secar açúcar, 97 formas de zinco, uma casa de purgar, um braço de balança, quatro alavancas, três canos grandes velhos, três ditas pequenas, três tarefas de cerca.¹⁴

10 APEB. Seção Judiciária. Inventários, Ilhéus. Maria Luíza da Santíssima Trindade, Est. 02, Cx. 783, Maço 1250, Doc. 08, 09 out. de 1850.

11 APEB. Seção Judiciária. Inventários, Ilhéus. Maria José Leola Del Rey e Carolina Leola Del Rey, Est.02, Cx. 786, Maço 1253, Doc. 06, 28 de fev. 1861.

12 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Maria José Leola Del Rey e Carolina Leola Del Rey. Est. 02, Cx. 786, Maço 1253, Doc. 06, 28 de fev. 1861.

13 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Alferes José Antônio de Guimarães Bastos. Est. 02 Cx. 738, Maço 1203, Doc. 12, 10 de fev. 1875.

14 APEB. Seção Judiciária. Inventários, Ilhéus. José Antônio de Guimarães Bastos, Est. 738, Cx. 02, Maço 1203, Doc.

Maria da Piedade Melo e Sá e seu esposo Christiano Manoel de Sá Bitencourt Câmara eram donos do Engenho Itaípe em 1876, ano em que ela faleceu. O engenho possuía 44 escravos e a fortuna da família foi calculada em Rs. 53:097\$000, a maior parte comprometida com escravos (61%), imóveis (14,4%) e terras (14%).¹⁵ Apenas quatro dos cativos eram africanos (9%), outros treze não tiveram origem mencionada (29%).

Em 1878 foi aberto o inventário de dona Mariana Joaquina de Queirós Caldas, outra grande escravista de Ilhéus, proprietária do Engenho São João, localizado na Cachoeira de Itabuna, com 22 escravos e outros bens. A riqueza da família foi de Rs. 22:186\$960, a maior parte comprometida com escravos (54%), imóveis (26%) e terras (12,5%). Entre os cativos cinco (22%) eram africanos, metade destes acima de 70 anos, o mais velho, Antônio, preto, 76 anos, foi descrito como “inutilizado, pelo qual não lhe deram valor”.¹⁶

Antes de falecer, em 1879, Lourenço Dias Ribeiro era dono de uma fazenda no Iguape, com “um engenho de moer canas, com roda d’água, alambique, tachos, bicamente, casa coberta de telhas e mais pertences”¹⁷. Ele possuía 20 escravos, entre outros bens. Sua fortuna foi avaliada em Rs. 17:457\$800, a maior parte comprometida com escravos (58%); imóveis (21,5%) e terras (15%). Neste caso todos os cativos eram crioulos, entre os quais muitas mulheres, jovens e crianças.

João Baptista Homem Del Rey era proprietário do Engenho Santana em 1884, quando foi aberto o inventário da família, por ocasião da sua morte, sendo a fortuna avaliada em Rs. 11:219\$000. Nessa época ele possuía dez escravos (29% da riqueza), terras (44%) e imóveis (17%). O engenho era movido por roda d’água, possuía alambiques, tachos de cobre, diversas madeiras, cochos e outros bens. O único africano era Odilon, 50 anos de idade, avaliado em Rs. 280\$000.¹⁸

Estes exemplos se referem ao grupo das famílias mais afortunadas entre os inventariados de Ilhéus. Os investimentos que eles tinham em escravos dão a dimensão da força e persistência do sistema escravista na localidade. Muitos africanos terminaram suas vidas no cativo de Ilhéus, trabalhando para famílias ricas.

Além dos africanos, encontramos inventários com escravos provenientes de outras regiões

12, 10 fev. 1875.

15 APEB. Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Maria da Piedade Melo e Sá, Est.02, Cx. 781, Maço 1248, Doc. 03, 12 de jul. 1876.

16 APEB. Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Maria Joaquina de Queirós Caldas, Est. 02, Cx. 750, Maço 1216, Doc. 07, 16 de set. 1878.

17 APEB. Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Lourenço Dias Ribeiro, Est. 02, Cx.754, Maço 1220, Doc. 01, 30 de jun. 1879.

18 APEB. Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Capitão João Batista Homem Del Rey, Est. 02, Cx. 760, Maço 1226, Doc. 11, 09 de jun. 1884.

da Bahia. Em 1872 foi aberto o inventário de Manoel Cardoso da Silva, dono da Fazenda Retiro, sendo que na matrícula dos escravos consta Delmira, com 27 anos, natural de Santo Amaro.¹⁹

Antônio, cabra de 45 anos, era natural da vila de Nazareth, e trabalhava como escravo na Fazenda Tabocas em 1873, propriedade de Manoel Francisco Dunda, com 6.020 cacauzeiros cultivados.²⁰ Maximiano era um escravo natural da vila de Maraú e trabalhava como padeiro na casa de negócio de Adão Schaum em 1877.²¹

O crioulo Mamedis era natural do Pilão Arcado e em 1885 trabalhava como escravo na fazenda de cacau de João Francisco da Mata, localizada na Cachoeira de Itabuna²². Entre os escravos do Engenho São João do Pasto, constam a preta Domingas, natural de São Francisco, a parda Cecília, natural da Bahia e o preto Francisco, de 40 anos, natural da vila de Nazareth.²³

Esses exemplos reforçam a nossa hipótese de que o desenvolvimento das exportações e do mercado interno estimularam compras de escravos na localidade.

Os negociantes de Ilhéus estavam envolvidos com algumas das principais praças mercantis do Império do Brasil, a mais próxima era a de Salvador, mas as ligações se estendiam, pelo menos, até o Rio de Janeiro. Antônio da Cunha Marelim, por exemplo, devia a vários comerciantes da capital baiana: José de Souza Rocha & Irmão (Rs. 1.052\$712); Gomes & Irmão (Rs. 77\$380); Bastos & Almeida (Rs. 85\$856). Sua fortuna foi calculada em Rs. 11.700\$473.²⁴

Joaquim José da Costa Seabra, importante negociante da localidade, vendeu dois escravos para o Rio de Janeiro antes de falecer, em 1856: Sebastião, Angola, por Rs. 550\$500 e Maria, crioula, por Rs. 550\$000.²⁵

A praça mercantil de Ilhéus já era bem movimentada nesta época, com várias transações comerciais sendo efetuadas. Havia sim um bom número de fazendas de cacau com presença de africanos.

A exceção de Carlota, crioula de 20 anos de idade, todos os outros seis escravos da Fazenda Santa Cruz eram africanos em 1849, quando foi aberto o inventário do dono da propriedade, o

19 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Manoel Cardoso da Silva. Est. 02, Cx. 737, Maço 1205, Doc. 04, 19 de nov. 1872.

20 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Manoel Francisco Dunda. Est. 02, Cx. 737, Maço 1202, Doc. 18, 18 de fev. 1873.

21 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Adão Schaum. Est. 02, Cx. 781, Maço 1248, Doc. 02, 05 de nov. 1877.

22 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. João Francisco da Mata. Est. 02, Cx. 762, Maço 1228, Doc. 01, 11 de dez. 1885.

23 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Firmino Pires Caldas. Est. 03 Cx. 1372, Maço 1841, Doc. 14, 10 de mar. 1888.

24 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Antônio da Cunha Marelim. Ilhéus. Est.02, Cx. 785, Maço 1252, Doc. 02, 06 de ago. 1866.

25 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Joaquim José da Costa Seabra. Est. 08 Cx. 3424, Doc. 06, 17 de set. 1856.

francês João Segismundo Cordier, com fortuna de Rs. 11:154\$977. Os pés de cacau (2.877) responderam por 54% desta riqueza, os escravos por 25%.²⁶

A Fazenda Pirataquice possuía 10.059 cacaeiros em 1879, quando foi aberto o inventário de Dona Florinda Francisca da Vitória Paiva, sogra do Presidente da Câmara, Joaquim Pereira Caldas. A fortuna foi calculada em Rs. 24:206\$503, grande parte (38%) comprometida com as plantações de cacau e 24% com onze escravizados, entre outros bens. Quanto aos cativos dois eram africanos, Jorge e Januário, ambos com 41 anos, “dos serviços de lavoura”, avaliados em Rs. 900\$000 e Rs. 800\$000, respectivamente.²⁷

O dono da maior plantação de cacau, no entanto, possuía apenas um africano entre seus vinte e oito escravizados, isso em 1875, época da abertura do inventário do Major Joaquim José de Oliveira, dono de 19.404 cacaeiros na cachoeira de Itabuna, terceiro distrito de Ilhéus. A sua fortuna foi calculada em Rs. 62:180\$824, uma parte (18%) comprometida com escravos e 31% com as plantações de cacau. O africano João, do “serviço de lavoura”, na época com 40 anos de idade, foi avaliado em um conto de réis.²⁸

Para além dessas atividades, ligadas às exportações, os africanos também estavam inseridos nas lavouras de subsistência como plantações de café, coco e mandioca, por exemplo. Entre os bens da Fazenda Jetimana-Açu, havia 30 mil covas de mandiocas, isso em 1866, quando foi aberto o inventário de Felipa de Melo Sá Dandeira, esposa do proprietário. Dos quatorze escravizados três (21%) eram africanos.²⁹

Na Fazenda Mamoan eram cultivadas plantações com 105 pés de coco, 100 de café e 30 cacaeiros em 1855, quando foi aberto o inventário de Florentina Maria dos Reis, por ocasião da sua morte. O único escravo que a família possuía era o africano Antônio, avaliado em Rs. 200\$000, correspondendo a 26% da fortuna, calculada em Rs. 775\$000.³⁰

A escravidão marcou a vida dessas pessoas de modo singular, impondo situações peculiares, pelo fato de serem estrangeiros, pelas dificuldades em estabelecer família e laços de solidariedade.

Encontramos apenas uma africana casada, Vitória, do serviço de lavoura, com 48 anos de idade em 1878, quando trabalhava com mais 21 escravizados no Engenho São João, localizado na

26 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. João Segismundo Cordier. Est. 08, Cx. 3424, Maço n/c, Doc. 06, 25 de maio 1849.

27 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Florinda Francisca da Vitória Paiva. Est. 04, Cx. 1372, Maço 1841, Doc. 02, 10 de mar. 1879.

28 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Major Joaquim José de Oliveira. Est. 02, Cx. 749, Maço 1215, Doc. 07, 30 de out. 1879.

29 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Felipa Melo Sá Bandeira. Est. 02, Cx. 785, Maço 1252, Doc. 07, 16 de mar. 1866.

30 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Florentina Maria dos Reis. Est. 02, Cx. 783, Maço 1250, Doc. 11, 08 de ago. 1855.

cachoeira de Itabuna.³¹ Não encontramos diferenças significativas quanto aos preços dos cativos crioulos e africanos. Tais variações se relacionavam mais com os sexos, idades e estado de saúde do que com a origem. Dentre os 102 africanos arrolados nos inventários *post mortem* de Ilhéus algo em torno de 17% estavam doentes: com moléstia incurável, inutilizado, rendido das virilhas, vazio do juízo, entre outras.

CONCLUSÃO

Este artigo analisou os africanos escravizados durante a expansão da economia cacauífera de Ilhéus, no sul da Bahia, entre 1850 e 1888, com o objetivo de contribuir com as pesquisas históricas sobre a escravidão na localidade.

O estudo com os inventários *post mortem* revelou que os africanos estavam envolvidos em várias atividades econômicas, ligadas às exportações e ao abastecimento interno. As maiores concentrações de cativos de origem africana foram verificadas entre os donos de engenho (43%) e produtores de cacau (30%). Ademais, foi possível constatar relativo equilíbrio de sexo no grupo, 56% masculino contra 44% feminino.

Essa população, que veio da África e foi escravizada em Ilhéus, faz parte das últimas gerações de africanos que sobreviveram ao cativeiro na localidade, trabalhando praticamente até a véspera da abolição da escravidão no Brasil (1888). Muitos chegaram aos setenta anos de idade atuando nos serviços de lavoura. Apesar de serem tratados como mercadorias, destinadas à exploração, eles reagiram de diversas formas. Encontramos africanos fugidos do cativeiro e outros que durante a partilha dos bens apresentaram somas em dinheiro e compraram a alforria.

Infelizmente, a documentação compulsada neste estudo não revela todas as suas habilidades. Cumpre advertir, no entanto, que não devemos reduzir a experiência dos africanos em Ilhéus unicamente à escravidão.

Dentre os 92 alforriados em Ilhéus entre 1810 e 1850 pelo menos 10% eram africanos, que certamente se estabeleceram como lavradores de cacau (ANDRADE, 2013). Nas décadas seguintes ocorreram mais manumissões (GONÇALVES, 2014). Vale ressaltar o caso do africano João, de nação gege, possuía 84 pés de cacau na Fazenda do seu proprietário em 1849, “que não foram avaliados por pertencerem ao dito escravo”.³²

31 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Mariana Joaquina de Queirós Caldas. Est. 02, Cx. 750, Maço 1216, Doc. 07, 16 de set. 1878.

32 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. João Segismundo Cordier. Est. 08, Cx. 3424, Maço n/c, Doc. 06, 25 de maio 1849.

Tito Galião, é outro exemplo importante, ele era um africano, casado com Arminda Cordier Galião (forra). Antes dele falecer, em 1871, o casal morava no sítio pau do peixe, na cachoeira de Itabuna, onde possuíam uma plantação com 1.278 cacauzeiros frutíferos, entre outros bens.³³

Mary Ann Mahony (1997, p. 59-79) chamou atenção para as chances dos afro-brasileiros se estabelecerem como produtores de cacau em Ilhéus. Neste estudo concentramos atenção nos africanos submetidos ao cativo, sem deixar de considerar que eram sujeitos históricos, atentos às oportunidades do seu tempo.

A abolição da escravidão no Brasil ocorreu justamente na época de plena afirmação da economia cacauzeira em Ilhéus. Na década de 1880 o preço da arroba de cacau, que antes girava em torno de Rs. 3\$500 (1873),³⁴ saltou para Rs. 7\$000.³⁵ Os negociantes da localidade transformaram suas casas de negócios em firmas: Seabra Filho & Cia; Amorim & Filho; Luiz Adami & Filho, são alguns exemplos.³⁶ Destarte, as navegações a vapor para a região se intensificaram. Vapor Caravelas, Vapor Rio Vermelho e Vapor São Feliz são embarcações que aparecem na lista dos exportadores de cacau de Ilhéus a partir de 1885.³⁷ Nesse sentido, não podemos esperar que crioulos e africanos, livres, libertos os escravizados, estivessem alheios ao seu tempo.

Em 1879 a africana Floriza, 55 anos de idade, que trabalhava no Engenho Itaípe, no serviço de lavoura, apresentou ao juiz o valor da sua avaliação (Rs. 250\$000) e solicitou sua liberdade.³⁸ O mesmo ocorreu com o africano Joaquim, 44 anos, que durante os transmitos da partilha dos bens ofereceu Rs. 800\$000 e solicitou alforria.³⁹ Como estes e outros escravizados conseguiram pecúlio? Talvez, a resposta seja cultivando cacau, entre outros meios, é claro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, Marcelo Loyola de. *Escravidão, mercado interno e exportações na economia de Ilhéus, 1850-1888*. Tese (Doutorado em História). FFLCH-USP. São Paulo, 2019.

33 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Tito Galião. Est. 02, Cx. 740, Maço 1205, Doc. 11, 07 de ago. 1871.

34 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ignês Maria do Espírito Santo. Ilhéus. Est.02, Cx. 737, Maço 1202, Doc. 13, 27 de fev. 1873.

35 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ten. Cel. Domingos Lopes da Silva. Ilhéus. Est.02, Cx. 759, Maço 1225, Doc. 03, 10 de out. 1883.

36 APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre casas de negócios. Maço 5455. Ilhéus, 1874-1892.

37 APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de cacau e café. Maço 5459. Ilhéus, 1871-1885.

38 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Cristiano Manoel de Sá Bitencourt Câmara. Est.02, Cx. 753, Maço 1219, Doc. 02, 24 de abr. 1879.

39 APEB, Seção Judiciária, Inventários, Manoel José dos Santos. Ilhéus. Est.02, Cx. 754, Maço 1220, Doc. 04, 20 de fev. 1879.

- ANDRADE, Marcelo Loyola de. *Nos labirintos da liberdade: das alforrias na lavoura cacauera (Ilhéus-Ba, 1810-1850) à discussão historiográfica acerca das manumissões do Brasil no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). FFLCH-USP. São Paulo, 2013.
- BARICKMAN, Bert J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881). *Afro-Ásia*. Salvador, n. 21-22, p. 177-238, 1998-1999.
- BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BERTIN, Enidelce. *Os meia-cara: africanos livres em São Paulo no século XIX*. Tese (Doutorado em História) – FFLCH-USP, São Paulo, 2006.
- BONDAR, Gregório. *A cultura de cacau na Bahia*. Instituto de Cacau da Bahia (ICB) – Boletim Técnico n 1º. Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunaes”. São Paulo: 1938.
- CRUZ, Ronaldo Lima. No lado de cá: o tráfico clandestino de africanos na vila de São Jorge dos Ilhéus, 1851. *Crítica & Debates*, Caetité, UNEB, v.1, n.1, p. 1-18, jul./dez., 2010.
- GARCEZ, Angelina Nobre Rolim; FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. *Bahia cacauera: um estudo de história recente*. Salvador: Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, 1979.
- GONÇALVES, Victor Santos. *Escravos e senhores nas terras do cacau: alforrias e família escrava (São Jorge dos Ilheos, 1806-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). FFCH-UFBA, Salvador, 2014.
- MAHONY, Mary Ann. “Instrumentos necessários”; escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. *Afro-Ásia*. Salvador, n. 25-26, p. 95-139, 2001.
- MAHONY, Mary Ann. Afro-Brazilians, Land Reform, and the question of social mobility in southern Bahia, 1880-1920. *Luso-Brazilian Review*, v. 34, n. 2, (Winter, 1997), pp. 59-79.
- MAHONY, Mary Ann. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauera da Bahia. *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria* – UESC. Ilhéus, v. 10, n. 18, p. 738-793, jul./dez. 2007.
- MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. O direito de ser africano livre: os escravos e as interpretações da lei de 1831. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Org.). *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006. p. 129-160
- MARCONDES, Renato Leite. *Diverso e desigual: o Brasil escravista na década de 1870*. São Paulo: Funpec, 2009.
- SANTANA, Adriana Santos. *Africanos livres na Bahia, 1831-1864*. Dissertação (Mestrado em História). CEAO/FFCH/UFBA, Salvador, 2007.
- SILVA, Ayalla Oliveira. *Camacãs, guerens, pataxós e o aldeamento São Pedro de Alcântara: trabalho, relações interétnicas e ocupação do território de Cachoeira de Itabuna, Sul da Bahia (1814-1877)*. Dissertação (Mestrado em História). ICHS-UFRRJ. Rio de Janeiro, 2015.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- SCHWARTZ, Stuart *Escravos, roceiros e rebeldes*. Tradução de Jussara Simões. Bauru, SP:

EDUSC, 2001.